

# **Sem mudança, não há esperança.**

## **Enfrentar a crise construindo o Brasil do futuro**

### **I – Um mundo cada vez mais globalizado e interdependente. O declínio da sociedade industrial e o surgimento da sociedade do conhecimento.**

Os últimos cinquenta anos foram de incessantes transformações políticas, econômicas, sociais e culturais tendo como epicentro as contradições existentes entre as sociedades democráticas do Ocidente e o bloco de países que compunham o Pacto de Varsóvia. Tais transformações estenderam-se por todo o planeta, modificando todas as esferas da vida em sociedade. Podemos situar tal processo, politicamente condicionado, na passagem das décadas de 1960 e 1970, na chamada “revolução científico-tecnológica”, determinando profundas mudanças na esfera do conhecimento e de sua utilização no plano da produção econômica e se disseminando por todas as faces da vida cotidiana. Uma das mais notáveis conseqüências dessa revolução foi o enorme desenvolvimento das forças produtivas, evidenciado pela incorporação pela produção de uma série de inovações tecnológicas, que culminaram na atual circulação de informações e capitais pelo mundo, em tempo real. Correlato a esse incremento do uso sistemático de novas tecnologias foi o paulatino dismantelamento dos processos produtivos e da organização do trabalho à base da disciplina e da autoridade, e sua substituição progressiva por formas de organização fundadas na iniciativa, participação e co-responsabilidade dos trabalhadores.

No processo, esses dois elementos constitutivos da revolução científico-tecnológica alimentaram-se mutuamente e passaram a definir o ocaso da sociedade industrial e sua substituição, em um nível cada vez mais amplo e mais profundo, por um outro tipo de sociedade organizada, sobretudo em torno da produção e circulação de conhecimento. O resultado desse processo é o surgimento de uma nova divisão internacional do trabalho, deslocando o processo produtivo industrial para alguns países em desenvolvimento, em função do baixo custo da mão de obra nativa, da parca legislação ambiental e trabalhista, e do incipiente exercício democrático de gestão do poder, redesenhando as contradições “centro”- “periferia” e alterando os marcos da velha sociedade industrial.

### **2 – Conseqüências geopolíticas postas pelo surgimento da nova realidade pós-colapso do “Socialismo Real” e ampliação do processo de globalização.**

Essas décadas foram também anos de profundas transformações na correlação de forças políticas entre as nações, quebrando a lógica do mundo bipolar, hegemonizado pelos EUA e URSS, que vigorava desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Nesse período, desenvolveu-se o amplo processo de descolonização dos países da África e do Sudeste Asiático; a Alemanha e o Japão tornaram-se potências regionais importantes, influenciando decisivamente na nova configuração geopolítica, por conta de seu dinamismo econômico; a URSS, mais uma vez, teve de se valer da força para impedir que prosperassem demandas democráticas em sua área de influência, como demonstrado pela invasão da Tchecoslováquia (1968), com o esmagamento da “Primavera de Praga”, o mais cristalino indício das crescentes dificuldades que os países do bloco do “Socialismo Real” enfrentavam, evidenciando o esgotamento desse modelo; a “Guerra dos Seis Dias” (1967), envolvendo Israel e a Palestina, o Egito, a Síria e o Líbano, tornou crescentemente tenso e delicado o equilíbrio de forças no Oriente Médio e mais problemáticas e complexas as relações entre as potências; na América Latina pós-revolução cubana (1959), a crescente radicalização das lutas populares no continente, no momento de importantes conquistas democráticas dos países na periferia do sistema internacional e o tenso ambiente de “guerra-fria” que ainda vigorava, levaram, com o decisivo apoio dos EUA, à implantação de ditaduras militares nos mais importantes países das Américas do Sul e Central; finalmente, no começo dos anos 1970, a ação dos EUA, ao se aproximar da China e efetivar os primeiros acordos comerciais com este país, abre um novo patamar de relações entre as grandes potências, redesenhando os interesses estratégicos dos EUA em seu intercâmbio com a URSS, Europa e Japão, e estabelecendo o primeiro marco de um amplo processo de integração da China à economia mundial

Essa conflagração no campo político, com várias zonas de guerra aberta, era coetâneo de profundas transformações na economia dos países mais desenvolvidos, com o uso cada vez mais intensivo de inovações tecnológicas na produção e em sua acessibilidade ao consumidor das economias centrais. Tal processo é acelerado, no início da década de 1970, com a primeira “crise” do petróleo, fruto da instabilidade causada pelas guerras no Oriente Médio, e também uma resposta dos países produtores de petróleo ao apoio aberto dos EUA – e da Europa de maneira geral – a Israel, na luta contra os palestinos e os demais países árabes. A consequência imediata dessa ação foi a disparada do preço do petróleo e seus derivados, impactando fortemente as economias do planeta, com um persistente processo inflacionário e crescente déficits fiscais. A mediata foi a busca por fontes renováveis de energia, visando minorar a dependência dos países centrais por petróleo. O desenvolvimento da microeletrônica, potencializada pela invenção

do chip e seu uso massivo em novas máquinas e computadores; as primeiras manifestações de preocupação com o uso da matriz energética baseada no carbono e com a questão cada vez mais premente da produção de lixo e sua destinação; e as evidências, cada vez maiores, da degradação do meio ambiente, conduziram a uma crescente preocupação com a ecologia e o desenvolvimento sustentado.

O colapso do “Socialismo Real”, na segunda metade dos anos 1980, materializado pela queda do muro de Berlim e a dissolução da URSS, configurava, naquele então, uma nova realidade geopolítica, com os EUA assumindo o papel de potência militar e econômica incontestes, no momento em que a Europa avançava o processo de consolidação da Comunidade Européia, e nas mais diversas regiões do planeta, vários países também constituem blocos político-econômicos, buscando aumentar suas vantagens relativas na economia globalizada e proteger-se da possibilidade de ameaças externas.

Outro sistema profundamente afetado, nesse período, foi o Estado do Bem-Estar Social. Desenvolvido a partir da experiência dos partidos social-democratas europeus, o *Welfare State* logrou, enquanto as bases da sociedade industrial permaneceram de pé, administrar o capitalismo, de maneira a evitar suas crises periódicas e a garantir um mínimo de equidade e segurança para os trabalhadores, no interior dos limites nacionais. Seu fundamento era um Estado forte, senhor das variáveis macro-econômicas fundamentais, com participação importante na produção, capaz de arbitrar os conflitos de classe em instâncias de representação corporativa. O distanciamento progressivo da possibilidade do pleno emprego, sua substituição pela perspectiva do fim do emprego, a mobilidade de capitais, a crescente centralidade do setor de serviços, criaram uma nova situação, na qual o sistema se tornou progressivamente mais caro e menos eficiente. Os partidos social-democratas foram derrotados ou forçados a mudar sua plataforma, como mostram os casos exemplares da Grã-Bretanha e da Espanha, ficando demonstrada, de um lado, a inviabilidade de, na nova situação, mesmo em condições de democracia, o planejamento estatal dirigir o mercado, de forma isolada, sem a participação ativa da sociedade civil; de outro lado, a inviabilidade da tentativa de o Estado concentrar para si todos os riscos e garantir segurança vitalícia a todos, sem a partilha de deveres e responsabilidades.

Quanto ao terceiro sistema erigido no chão da sociedade industrial, o liberalismo econômico, iniciou, em 2008, um processo de crise cuja gravidade aponta para sua superação. Com a decadência e a falência evidente do “Socialismo Real” e as mudanças forçadas no Estado de Bem-Estar Social, criara-se a convicção do triunfo do ideário liberal clássico, considerando-se

que a única regulação legítima sobre o mercado seria a auto-regulação. Essa convicção traduziu-se em políticas que, em duas décadas, produziram um extraordinário crescimento econômico. Este avanço incomum manteve antigas e multiplicou novas desigualdades, mas foi também a base para a retirada de milhões de pessoas da pobreza, particularmente na China e na Índia. No entanto, a inédita crise econômico-financeira mostrou de forma conclusiva a falência da auto-regulação do mercado e a necessidade de regras extra-econômicas, de origem política, que limitem e direcionem a operação dos mercados.

### **3. A sociedade do conhecimento, a interdependência das nações e as novas demandas postas pelo aprofundamento desse processo.**

A globalização pôs em evidência forças antagônicas – as da conservação e as da mudança do *status quo* - que têm marcado o desenvolvimento do seu próprio processo. De um lado, o surgimento de novas realidades trazidas pelos, assim chamados, “países emergentes”, Brasil incluso, capitaneados pela China, que têm crescentemente assumido o processo de industrialização e produção de mercadorias, incorporando ao mercado produtor e consumidor bilhões de pessoas, aumentando a escalada de degradação do meio ambiente; de outro, os países centrais do capitalismo desenvolvido (EUA, Europa e Japão) produzindo conhecimento e novas tecnologias. Ao lado desse avassalador desenvolvimento econômico, resiste, paradoxalmente, o papel do Estado-Nação, como instância definidora de políticas macro-econômicas no âmbito de blocos regionais, incrementando as tensões “centro”-“periferia”, como resultado da nova divisão internacional do trabalho.

Quando a crise econômico-financeira se instala definitivamente no seio das nações mais poderosas, depois de quase uma década ter atravessado várias regiões (Sudeste Asiático, Rússia, América Latina), transformando-se em crise sistêmica ao atingir, de forma inédita, toda a finança mundial, e refrear o crescimento econômico, de maneira profunda e ampla, um novo desenho geopolítico se delineia. Depois do ataque terrorista ao World Trade Center, no coração financeiro dos EUA, este país começou uma luta sem fronteiras contra o terror, segundo a “doutrina Bush”, e o que efetivamente conseguiu foi, além de afrontar os direitos humanos e menosprezar acordos internacionais, sobretudo no trato entre as nações, sem falar no Protocolo de Kioto, construir um monumental déficit fiscal, que está na base da atual crise financeira que atravessa. Além disso, sua economia vem perdendo competitividade, como o demonstra a situação de sua indústria automobilística. Nessas circunstâncias, a eleição de Barak Obama, em meio à maior crise do capitalismo desde 1929,

constitui-se um marco para os EUA, e tem servido, de maneira clara e objetiva, para retomar uma atuação estatal que privilegia mais a política e a distensão internacional no trato das delicadas questões que a humanidade ora enfrenta.

À medida que se aprofundam as conquistas da ciência e da tecnologia, mais evidente se torna a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento atual, marcado pela degradação do meio ambiente, pela massiva utilização de petróleo como base do processo industrial, e pela crescente cristalização das desigualdades mundiais, quando apenas vinte países (G-20) são responsáveis por mais de 80% da produção mundial.

No rastro desse processo de mudanças globais, a indústria manufatureira está se concentrando nos países emergentes, com o Estado dirigindo o processo na falta de uma sociedade civil forte e organizada, e a indústria do “conhecimento”, dinamizadora de novas tecnologias e processos produtivos, concentra-se cada vez mais nos países desenvolvidos. Essa nova realidade “centro”-“periferia” tem dominado as relações entre as nações ricas e pobres com importantes consequências para seus trabalhadores. Com o recrudescimento da crise econômico-financeira, as tensões internas e externas dos países tornam-se cada vez mais complexas, pelo próprio processo de globalização, desigual em sua natureza, e pelas novas demandas postas por um desenvolvimento que não ameace a sobrevivência da humanidade. Para tanto, cada vez mais será necessário um arranjo internacional sólido, não só na articulação das políticas financeiras dessas nações, mediadas por organismos internacionais, como na questão da distribuição das riquezas produzidas e sua sustentabilidade tornar-se-ão o centro da luta política entre as forças da conservação e da mudança em escala global.

#### **4. A etapa inicial da crise estimula o recrudescimento momentâneo de propostas ancoradas no passado, incapazes de fornecer respostas adequadas às questões postas pelo presente.**

Partidários de todo o leque de sistemas originados na sociedade industrial encontram alento na atual crise, numa lógica simplista: a falência do liberalismo econômico mostra o acerto de propostas anteriores. Voltam à discussão agendas autárquicas, protecionistas e neo-mercantilistas; soluções keynesianas, em vertente ortodoxa ou em leitura desenvolvimentista; e até defensores do “Socialismo Real”, de variados matizes, tentam direcionar em seu favor os movimentos alteromundistas que já proliferavam antes da crise. Esse leque de posições pode encontrar sucesso e acolhida pontual em algum momento, mas não dispõe de ferramentas intelectuais e políticas para lidar com as novas questões postas pela sociedade do conhecimento e pelo processo

de globalização. Como estamos assistindo, no enfrentamento da crise encontram ressonância propostas de intervenção tradicional do Estado: socorro às empresas, em particular ao sistema financeiro e às grandes empresas industriais; proteção dos empregos; estímulo à demanda. Essa receita, aplicada indistintamente, sem critérios políticos claros, constitui uma estratégia simplesmente defensiva diante da crise e, por isso, com fortes limitações para uma resposta mais consistente, de longo prazo. É que o parâmetro para o uso do dinheiro público não pode ser simplesmente a importância presente da empresa e dos empregos por ela mantidos. Em condições de mudança tecnológica acelerada, essa estratégia corresponde a um investimento no passado. Assim, qualquer país quando emergir da crise se continuar tendo a mesma relação de maiores empresas que tem hoje, certamente estará mais pobre. No entanto, alguma ação nesse sentido deve ser realizada, mas seu significado real é a proteção social dos trabalhadores em postos de trabalho que caminham para a obsolescência. O fundamental da ação do Estado deve direcionar-se para a proteção das empresas e empregos do futuro.

##### **5. A primeira diretriz de uma estratégia direcionada para o amanhã é a integração progressiva em espaços plurinacionais.**

Essa diretriz contempla, de um lado, a luta pela ampliação e democratização de instâncias decisórias mundiais, no rumo de uma governança global; de outro, a participação crescente nos espaços de integração regional. É cada vez mais evidente que a magnitude dos problemas postos pela crise extrapola em muito a capacidade resolutiva dos Estados nacionais. A contradição que a crise evidencia é a necessidade urgente de regulação política sobre os mercados, ao lado da incapacidade de os Estados singulares operarem essa regulação. Ficou claro que, além de temas como meio ambiente, direitos humanos, paz, terrorismo, o funcionamento do sistema financeiro e políticas macroeconômicas são questões que demandarão regras acordadas de forma multilateral.

Nas condições atuais, é indispensável uma rede mais ampla de cooperação e de decisão coletiva com instituições e organismos internacionais legitimados, tendo como vértice a Organização das Nações Unidas, que precisa ser dotada de poderes reais. O Conselho de Segurança da ONU, que ainda reflete sua configuração inicial de 60 anos atrás, no período da “guerra fria”, deverá incorporar novos atores, revisar seus mecanismos de deliberação, eliminar o direito de veto e introduzir o voto ponderado. Além disso, a ONU, se pretende efetivamente ser um fórum de decisões entre seus países-membros, deverá também instituir um Conselho de Segurança Econômica e

Social, como centro de uma rede de instituições técnicas, de forma a dar coerência e coordenação aos esforços de cooperação planetária. O atual sistema de órgãos internacionais – FMI, Banco Mundial, OIC, OMS, OIT, Unesco – se caracteriza por seu caráter de especialização autárquica, faltando-lhes transparência, maior amplitude de ação e maior capacidade resolutiva.

De outro lado, a integração regional pode maximizar as condições de resistência à crise. No caso brasileiro, impõe-se, conseqüentemente, a rediscussão do Mercosul, com vistas à aceleração e aprofundamento do processo de integração regional, e estendê-lo a toda a América Latina, iniciando uma aliança estratégica com o México, de forma a interligar o sul ao norte do continente.

#### **6. A segunda diretriz a ser observada é direcionar os investimentos públicos para as áreas de ponta em termos de ciência e tecnologia.**

Afirmar que o mundo transita de uma sociedade industrial para uma sociedade do conhecimento implica dizer que a produção de ciência e tecnologia torna-se autônoma em relação à indústria e passa a dirigi-la. Nessa perspectiva, a indústria hoje ocupa uma posição análoga à da agricultura de exportação na sociedade industrial: assegura, aos países que nela se especializam, uma posição de relativa subalternização na divisão internacional do trabalho. O processo pode ser observado em suas manifestações radicais: a desindustrialização dos países escandinavos, especializados em produção de conhecimento para suas empresas, cujas fábricas estão localizadas na China. Investir na grande indústria é investir no passado, é inverter a prioridade, é considerar o paliativo mais importante que a solução. Nosso desafio é criar um sistema de produção tecnológica relevante, com rebatimento em nossa pauta de exportação.

#### **7. A terceira diretriz é a incorporação da variável ambiental em toda decisão de gasto público de combate à crise.**

A crise mundial trouxe a necessidade de se repensar a relação entre sociedade e natureza, integrando-as de maneira organicamente articulada numa mesma estrutura analítica, uma vez que o desafio, hoje, está na construção de um conjunto de propostas capazes de fazer da valorização e do uso sustentável da biodiversidade a base para um novo modo de produzir e distribuir riqueza.

São cada vez mais expressivas, internacionalmente, as vozes que, de forma crescente, dissociam o aumento da riqueza e a real satisfação das necessidades humanas. Submeter a produção material às necessidades sociais seria a forma de ultrapassar o predomínio da própria racionalidade econômica

do capitalismo, fundada, simplesmente, na lógica de reprodução incessante do capital. Por isso, é fundamental criar um novo tipo de desenvolvimento que seja consistente com os limites dos bens e serviços que a natureza do planeta renova e nos oferta. Daí a necessidade de valorar esses serviços nas contas nacionais e na contabilidade de custos das empresas. E colocar conscientemente sob controle e regulação sociais o caráter ecologicamente deletério do capital em escala planetária.

Severas agressões ambientais ocorrem hoje, como a mudança global do clima, a crise da biodiversidade, a crise de recursos hídricos, a degradação dos oceanos e a elevação do nível do mar, a desertificação e o buraco da camada de ozônio, com graves conseqüências para a própria humanidade. O aquecimento global – que reclama decisões globais – acelera a gravidade das demais crises, e implica em profundas transformações econômicas, políticas, sociais e no pensamento da humanidade.

Incorporar a variável ambiental ao processo de decisão sobre gasto público significa definir prioridades no campo da vanguarda científica e tecnológica. Nesse sentido, assumem prioridade não apenas a mudança na matriz energética que caracteriza cada país em particular e o planeta, mas também investimentos em negócios e tecnologias verdes como garantia de uma recuperação resistente e sustentável, sem correremos o risco de um renascimento dos elevados preços de energia. Além do mais, é imperativo ingressarmos em uma trajetória mais limpa de crescimento e maior eficiência energética.

Constata-se, hoje, haver um processo político e cultural inteiramente novo. Em todos os cantos do planeta, assistimos ao surgimento de uma opinião pública mundial, a semente da sociedade civil planetária, que, crescentemente, se conscientiza e atua em defesa de um meio ambiente para as atuais e futuras gerações. Embora, o processo de decisão nas instancias da política global permaneça extremamente lento.

Em um primeiro momento, as tecnologias existentes podem conseguir um progresso significativo para estabilizar e reduzir as emissões, porém, no futuro imediato, o foco deverá estar no aumento muito significativo da eficiência energética dos processos produtivos e dos modos de consumo, nos investimentos em geração de energia através de fontes renováveis, à base de hidrogênio, eólica e solar.

Em um segundo momento, à medida que crescentemente os custos ambientais hoje ignorados passem a ser internalizados pelo mercado global, ou seja, que a contabilidade das empresas e dos países reconheça o valor da utilização sustentável dos bens e serviços que a natureza do planeta nos oferta, haverá grandes alterações na estrutura de preços relativos, modificando

radicalmente a própria gama de produtos utilizados no processo econômico e desejados pelos cidadãos.

O enfrentamento desse desequilíbrio exige, simultaneamente:

1. O reconhecimento, a valoração e a contabilização dos custos relacionados à utilização sustentável dos bens e serviços que a natureza disponibiliza e renova para a produção e consumo humanos.
2. A institucionalização de uma política global mais eficiente e democrática do que os atuais arranjos.
3. A dilatação do horizonte temporal do processo decisório e do planejamento. As escolhas humanas precisam incorporar uma perspectiva consciente em um horizonte de tempo muito mais amplo do que o habitual na história humana.

As descobertas da história do universo, do nascimento do próprio tempo e seus bilhões de anos e a revolução darwiniana nos ensinam a humildade que decorre do entendimento de nossa posição no planeta e no cosmos.

Esta é a revolução no pensamento que necessitamos para enfrentar o desafio ambiental do século XXI, o maior já colocado diante do fenômeno evolutivo que chamamos consciência humana.

## **8. A quarta diretriz refere-se à escala das empresas objeto do socorro governamental.**

Se o futuro tem precedência sobre o passado, médias empresas são mais importantes que grandes empresas, e pequenas empresas mais significativas que as médias. No limite, essa estratégia impõe um investimento pesado no cidadão, lugar onde se encontram hoje as empresas do futuro. Algumas das maiores empresas dos Estados Unidos e do mundo, como Microsoft, Apple e Google, por exemplo, não existiam há 30 anos, ou melhor, existiam apenas como potencialidades que as políticas públicas da época plantaram nos cidadãos americanos. Essa uma possibilidade – e uma potencialidade – posta pela sociedade do conhecimento.

## **9. Uma nova diretriz a considerar é o controle social do mercado.**

A acumulação de capital tem sido exponenciada em escala planetária, assim como o fluxo de informações, em “tempo real”. A economia está completamente globalizada, e nessa medida é exercido o poder do capital. O mesmo não ocorre com as demais dimensões da vida social levando ao paroxismo a dominância da lógica da acumulação capitalista. Acontece que o apogeu do modo de produção capitalista e do fetichismo da mercadoria nos afastou das qualidades das coisas, deixando-nos envoltos na névoa cinza das quantidades. Ao capital só interessa acumular mais, ao consumidor só resta desejar consumir mais, sempre mais.

Superar esse paradoxo vai exigir rupturas. Rupturas na extensão da consciência histórica, na relação com a natureza, no modo de produzir e consumir, e uma ação política concertada, na esfera global. No século XXI, ao contrário do “fim da história”, a humanidade vai tentar passar da adolescência para a maturidade.

O mercado, como se sabe, não conhece outros valores que a maximização da acumulação de capital, do crescimento econômico, sendo totalmente incompetente para considerações relativas à liberdade e qualidade de vida das futuras gerações. Valores como os decorrentes de reflexões relativas à justiça social ou de preocupações com o desenvolvimento sustentável têm de ser impostos ao mercado, de fora para dentro, via regulação, de um lado, e efetiva participação da cidadania, na ampliação de sua influência sobre as políticas públicas, de outro.

Não há quem não concorde que serão inevitáveis transformações no modo de produzir e consumir. Sem pensar em superar a economia de mercado, a velocidade e flexibilidade deste tipo de economia são, ao lado do uso intensivo de ciência e tecnologia, e permeabilidade a ações organizadas da cidadania, mais do que nunca indispensáveis.

É que a maneira como as empresas e o mercado se organizam depende, antes de tudo, daquilo que, com relação a eles, fazem as forças organizadas da sociedade. Por isso, um importante desafio para um projeto de mudança social está na maneira de compreender e de intervir no próprio mercado, que nada mais é que uma estrutura social que funciona com base em pressões sociais. Outro desafio é fazer com que os movimentos sociais sejam protagonistas da maneira como os mercados se estruturam, buscando a equidade e a justiça social.

## **10. Um componente relevante do cenário de enfrentamento mundial da crise é a mudança verificada no governo norte-americano com a eleição de Barak Obama.**

A eleição de Obama configura um momento de extrema importância de afirmação dos valores democráticos e de renovação da democracia nos Estados Unidos, centro da atual crise financeira e econômica. Além do significado simbólico evidente que representa a eleição de um presidente negro naquele país, os primeiros movimentos do novo governo são auspiciosos em pelo menos dois aspectos:

a) na política exterior, a possibilidade de superação do belicismo auto-suficiente, desdenhoso das instâncias decisórias plurinacionais, está aberta, com um enorme ganho potencial em termos do avanço de mecanismos de governança democrática multilateral; e

b) na condução da crise, a afirmação da diretriz ambiental, com a meta da substituição da economia do carbono, pela implantação de novas matrizes de energia, e maior atenção e comprometimento ao Protocolo de Kioto, desdenhado pela administração Bush.

Este processo integrador, contudo, demanda uma efetiva globalização democrática, não excludente, que amplie e aprofunde os padrões de desenvolvimento humano, do direito internacional e da justiça social e controle os fluxos de capitais financeiros, por meio de uma regulação compartilhada. Da mesma forma, este novo mundo tende a ser multipolar não aceitando mais a tutela do unilateralismo norte-americano. Governo de nenhum país tem o direito de impor a sua vontade exclusiva na ordem internacional. A nova época não comporta governos com qualquer pretensão a arvorar-se em legislador, juiz e policial exclusivo dos destinos do planeta, e capaz de garantir a estabilidade e a governabilidade do mundo.

São preocupantes as manifestações abertas de intolerância étnica e nacionalismo militante, como ocorrem, ostensivamente, em alguns países, particularmente na Europa e em África. Bem como a presença militar e desagregadora de tropas dos Estados Unidos no Iraque e no Afeganistão, assim como os conflitos que se aprofundam em algumas regiões do mundo, envolvendo o fundamentalismo religioso e velhas questões étnicas, sobretudo em países africanos e asiáticos (os casos do Paquistão e do Tibet são emblemáticos, por suas repercussões geopolíticas), e o infindável conflito no Oriente Médio, alimentado por uma perigosa escalada de ódio entre palestinos e israelenses, os quais têm ambos direito a seu Estado independente e a viver em paz, entre si e com o resto do mundo. Daí a importância de se garantir a efetividade das resoluções da ONU a respeito

O terrorismo, como enfrentado hoje pela comunidade internacional, é a vitória da violência dos meios sobre os fins que a política representa. É fruto, sobretudo, dos desequilíbrios entre as nações, da intolerância entre as etnias e religiões, da confrontação, no plano simbólico, entre “sociedades modernas” e “tradicionais”, de uma estrutura criminosa que se organiza em todo o mundo, apoiada em um discurso fundamentalista e/ou xenófobo.

## **11. A crise mundial expõe os grandes impasses da sociedade brasileira.**

A crise econômico-financeira, que eclodiu em escala global, a partir dos Estados Unidos, configura um momento traumático, porém rico e definidor para todas as sociedades. Ela é demonstração cabal de que o modo capitalista de produção, por sua própria essência, carrega irracionalidades insanáveis.

Se, por um lado, revoluciona incessantemente as forças produtivas, potencializadas agora por direta associação com a notável dinâmica da ciência

e da tecnologia, o que resulta em extraordinária expansão do mercado, em escala global, por outro lado, agrava problemas novos e antigos que afligem a humanidade, dentre os quais os problemas da desigualdade internacional e econômico-social, da violência e das guerras, da crise ambiental global, para fixar apenas alguns exemplos, sem falar da questão do desemprego estrutural, posto agora como uma realidade incontornável.

Fenômenos como a fome que cresce no mundo apesar das conquistas técnico-científicas na agricultura, e processos como o crescente esgotamento ou degradação dos recursos naturais da biosfera, em decorrência do desperdício e das irracionalidades do modelo consumista, ilustram bem a dramaticidade desses problemas.

A eclosão da atual crise, portanto, recoloca todas essas mazelas na ordem do dia e rearticula, no mundo todo, mesmo que em termos ainda incipientes, forças políticas, sociais e intelectuais que, mesmo sem compartilhar um conjunto homogêneo de idéias e interesses imediatos, e mesmo sem dispor de um arcabouço coerente de programas e teorias capazes de reconfigurar uma nova alternativa histórica, possuem, entretanto, a virtude de tornar mais precisa a crítica das características contemporâneas do capitalismo e apontar caminhos para neutralizar e combater seus aspectos mais perversos.

A atual crise do capitalismo global, no entanto, independentemente da sua amplitude ou duração, certamente estimulará a gradual superação dessa inércia do pensar e do agir, reforçando movimentos políticos que, no mundo inteiro e a partir das mais diferentes premissas, lutarão por mudanças econômicas, sociais e culturais de cunho democrático para buscar recolocar as conquistas da globalização em um contexto mais favorável para os países em desenvolvimento e para as populações mais pobres.

No Brasil, os impasses da sociedade, a rigor, não necessitam da crise econômico-financeira mundial para serem expostos porque o inegável processo de modernização e aumento de complexidade da economia e da sociedade continuou se dando pelo viés da “modernização conservadora”. Portanto, permanecemos uma terra de formidáveis contrastes, dos quais o maior e mais grave deles é, sem dúvida, o existente entre minorias ricas e maiorias pobres e miseráveis. No ano de 2008, por exemplo, as taxas de lucros dos bancos brasileiros, inclusive públicos, bateram mais uma vez recordes estratosféricos, enquanto a renda média proporcional dos trabalhadores, nos últimos 30 anos, cresceu apenas 1,2% proporcionalmente ao crescimento do PIB brasileiro (Dados do IPEA).

Esses impasses da sociedade brasileira têm criado as condições para o esgarçamento do tecido social, como o demonstra à farta nossos índices de

criminalidade e violência. Tais impasses ganharam novas conotações, pela frustração do programa de mudanças anunciado, mas nunca efetivado pelo PT, e tenderão, daqui por diante, a ter maior visibilidade no cenário nacional, daí o desafio de o PPS, enquanto organização política comprometida com o avanço e ampliação do processo democrático, de canalizá-los na direção de uma alternativa verdadeiramente democrática e verdadeiramente reformista, buscando modificar as seculares estruturas de poder político e econômico que presidem nossa formação social.

## **II – O avanço da democracia e a reforma democrática do Estado**

### **1. O Brasil vive hoje um período inédito na história republicana em termos de duração, consolidação e qualidade das instituições democráticas.**

Completam-se, em outubro, 21 anos de vigência da Constituição de 1988. Do ponto de vista da democracia, seu texto representa um avanço extraordinário, não só em relação ao ordenamento jurídico produzido pelo regime autoritário anterior, mas também em relação à situação existente ao tempo da primeira República oligárquica de 1889 e da República liberal de 1946. Valores como liberdade, equidade, justiça, participação e prosperidade para todos foram incorporados como princípios diretores do texto, capazes de sanar questões de interpretação. O Supremo Tribunal Federal foi transformado em guardião da Carta Magna, aberto à provocação dos partidos e das entidades de classe. Direitos e garantias individuais foram relacionados com minúcia e instrumentos para sua defesa incorporados ao texto. Os canais de participação do cidadão multiplicaram-se: referendo, iniciativa popular, mandado de injunção, ação de inconstitucionalidade, mandado de segurança coletivo, ação popular, audiência pública, participação em conselhos de gestão de políticas públicas. Em termos de participação política, houve a conquista do sufrágio universal, com a ampliação do direito de voto a analfabetos e menores de 16 anos. No que respeita a fiscalização, a criação do Ministério Público independente significou importante conquista democrática. A livre operação desse conjunto de instituições, ao longo de mais de duas décadas, iniciou o processo de construção de uma cidadania responsável e participativa no Brasil. Esse processo, contudo, não é uniforme. Avança com ritmo desigual e apenas uma parte das potencialidades democráticas que a Constituição encerra encontra-se em operação.

## **2. O obstáculo mais relevante à continuidade do processo de ampliação da democracia é a fragilidade da cidadania e a debilidade da participação política decorrente.**

A cidadania é fragilizada principalmente pelas desigualdades sociais e econômicas, profundas e persistentes na sociedade brasileira. Apesar dos avanços construídos nos últimos 21 anos, uma parte significativa das cidadãs e cidadãos continua pobre ou indigente, e objetivamente à margem do processo político, e quando atuam o fazem não como atores, mas como massa de manobra, de grupos que disputam parcelas do poder instituído. Esses brasileiros, portadores dos direitos assegurados na Constituição, encontram dificuldades quase insuperáveis para fazê-los valer, assim como para cumprir os deveres ali exigidos. A insegurança econômica e a precária escolaridade bloqueiam a participação autônoma e são, muitas vezes, o caminho para a dependência política, para a reprodução de lideranças fisiológicas e clientelistas.

## **3. O segundo obstáculo que a ampliação da democracia encontra é a fragilidade dos partidos políticos.**

Os partidos – instância mediadora das lutas políticas na sociedade – são frágeis no Brasil em relação aos parlamentares eleitos em sua sigla, no sentido de que não dispõem de meios para liderá-los em torno de uma agenda programática. Até as decisões recentes da Justiça Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal, garantindo ao partido o mandato de seu representante, eles não dispunham de meios sequer para manter os parlamentares eleitos em sua organização.

Por sua vez, em relação aos eleitores, os partidos são frágeis por não conseguirem criar um sentido de identidade com estes. Se o pertencimento a um partido não diz ao cidadão-eleitor nada acerca do que vereadores, deputados e senadores podem dizer ou fazer, a identidade partidária rigorosamente não existe. Do ponto de vista do Poder Executivo, essa fragilidade aparece como um problema de governabilidade, ou seja, acordos partidários não são suficientes para gerar maiorias parlamentares sólidas. Do ponto de vista dos eleitores, aparece como um *déficit de legitimidade*. A debilidade dos partidos produz nos cidadãos, além de descrédito em relação aos próprios partidos, desconfiança em relação às instituições representativas, em particular aos Poderes Legislativos.

## **4. A fragilidade dos partidos brasileiros tem causas históricas, mas o exponenciador de suas debilidades atualmente é o sistema eleitoral: o voto proporcional, com listas abertas, em circunscrições extensas e populosas.**

Diferentemente de outros países, mesmo os latino-americanos, o Brasil não conseguiu estabelecer uma tradição de vida partidária. Desde o Império, desenvolveu-se uma ação deliberada de evitar o fortalecimento de partidos nacionais ou que estes pudessem competir com o poder central, o qual, nas etapas históricas seguintes, sempre exerceu poderoso efeito desagregador sobre os partidos. De fato, somente de 1945 a 1964, e de 1985 até nossos dias, tivemos a possibilidade de ter partidos atuando no país, sem nenhum tipo de cerceamento. Tal instabilidade decorre de uma concepção patrimonialista do Estado, fundamento de nossa cultura política, e de uma legislação eleitoral e partidária permissível, compatível, sobretudo, com a busca permanente de acesso dos políticos aos recursos públicos, razão maior da reprodução dos seus mandatos.

Assim é que o sistema de voto proporcional com listas abertas, em um sistema de partidos com pouca inserção social e precária identidade com o cidadão-eleitor e sem conteúdo programático ancorado em sólida concepção ideológica, produz campanhas personalizadas, caracterizadas pelo alto custo e pelo estímulo simultâneo à competição dentro do partido e à cooperação com candidatos de outras legendas, na forma de dobradinhas informais. Campanhas com essas características não produzem identidade partidária, nem educam politicamente a cidadania. O custo das eleições, em escala crescente, decorre da operação desse sistema em circunscrições extensas e populosas como os estados brasileiros. Tendem a ser eleitos, portanto, candidatos sem compromissos partidários ou programáticos, mas com grande capacidade de acumular recursos, financeiros ou não, de campanha.

##### **5. Nesse sistema, a formação da maioria no Legislativo é conseguida em troca da disponibilidade, por parte do Executivo, de meios de campanha, principalmente de cargos no aparelho do Estado.**

A Constituição garantiu poderes importantes ao Legislativo, apontando para um novo sistema de governo, de caráter parlamentarista. No entanto, o plebiscito que afirmaria tal realidade, conservou o sistema presidencialista. A construção da maioria parlamentar é, portanto, fundamental para o Presidente, os Governadores e os Prefeitos. Na ausência de partidos sólidos, ideologicamente definidos, os ocupantes do Executivo recorrem à barganha com partidos, frações partidárias, grupos de parlamentares e mesmo com o parlamentar individualmente para assegurar alguma maioria, mesmo que efêmera. As duas moedas legais mais utilizadas são a liberação de emendas parlamentares e a distribuição de cargos no aparelho de Estado. A liberação de emendas representa um impacto relativamente pequeno no orçamento. A distribuição de cargos importa na entrega de fatias do aparelho de Estado à

ineficiência, em benefício do financiamento do sistema político. Sem falar nos esquemas espúrios, tipo “mensalão”, de constituição de maiorias. Até pouco tempo, o resultado da negociação materializava-se na migração de aproximadamente um terço dos deputados federais eleitos de siglas da oposição para partidos da situação. Com as restrições que a Justiça Eleitoral impôs à mudança de sigla, os partidos mais adaptados à regra, com menor compromisso com conteúdos programáticos, centrados, antes, na oferta de apoio ao Executivo que na conquista desse Executivo e na demanda de apoio, tendem a se fortalecer ainda mais.

## **6. O sistema eleitoral ajuda a (re)produzir no Brasil um Estado inflado e ineficiente.**

Há evidências de sobra a mostrar que o Estado brasileiro é perdulário com seus recursos, gastando muito e mal, concentrando-se particularmente na sustentação da máquina administrativa, dominada pela ineficiência, ausência de critérios e da meritocracia, e onde abunda o afilhadismo político e partidário. Na América do Sul, o Brasil é o campeão do gasto público: perto de 37% do PIB, dos quais aproximadamente 1% destina-se a investimento. Em segundo lugar está a Colômbia, país com gastos militares importantes em função da guerra civil e do combate ao narcotráfico. Em termos de eficiência do Estado, no entanto, o Brasil aparece em sétimo lugar no ranking da região. Os campeões de eficiência (Costa Rica, Uruguai e Chile) trabalham com pouco mais de 20% do PIB, dos quais a metade é destinada a investimento direto na economia. A ineficiência não é, contudo, generalizada. Há setores, considerados há muito tempo fundamentais, excluídos do financiamento da política: Relações Exteriores, Forças Armadas, Receita Federal, Banco Central são alguns exemplos. Regem-se por critérios burocráticos de eficiência. Outros, como educação, saúde, transportes, com impacto direto na vida dos cidadãos, são historicamente destinados ao financiamento da política e moeda de troca para constituição de “maioria” parlamentar. Arcando, assim com a ineficiência correspondente, e a precarização do atendimento das demandas sociais. Crescimento econômico e inclusão social pressionam por um rendimento maior do Estado como um todo. Aumento da exportação, em época de concorrência globalizada, requer funcionamento eficiente da infraestrutura nacional, pressionando no sentido de sua resolução.

## **7. Ao reconhecer as limitações do Estado como instrumento de mudança, deve-se desenvolver uma rearticulação entre Estado, mercado e sociedade.**

O passo inicial deste processo é uma reforma democrática do Estado para que ele não tutele a sociedade, mas que seja por ela controlado. Uma reforma que consiga ampliar a dimensão pública do Estado, dotando-o de capacidade para regular o mercado e tornando-o mais permeável aos interesses da cidadania, da sociedade civil e das coletividades públicas. Um Estado, enfim, eficiente, desburocratizado, ágil e que possa atuar, efetivamente, como instância de promoção social e não perca sua capacidade de participar da indução ao desenvolvimento.

A sociedade requer um Estado moderno que tenha nos processos democráticos e nos fundamentos republicanos a sua própria razão de ser. Há que se implementar na administração pública federal um modelo de governança democrática e progressista que privilegie o mérito em detrimento das relações de clientela e compadrio, e que considere o recurso humano como estratégico para que possa melhorar seu desempenho no processo de formulação e implementação de políticas públicas. Em última análise, ou se reforma o Estado, ou ele continuará a deformar impiedosamente as relações sociais e de poder.

#### **8. Um Poder Executivo que canaliza a maior parte de sua atividade para o financiamento da política tem como contrapartida um Poder Legislativo inoperante.**

À ineficiência estrutural do Executivo corresponde a paralisia do Legislativo. A reeleição é mais fácil para vereadores e deputados governistas. A tendência do sistema é, a cada eleição, reduzir o espaço da oposição parlamentar. A oposição mantém-se na medida em que dispõe de espaço em Executivos estaduais e municipais. As maiorias das Casas Legislativas são atraídas constantemente pela força gravitacional do Executivo. Assembléias formadas na lógica do apoio barganhado ao governo não cumprem suas funções constitucionais e legais a contento, penalizando-se as demandas da sociedade civil. A função fiscalizadora fica prejudicada. A função legisladora cede espaço, cada vez mais, ao abuso legislativo do Executivo e, recentemente, do Judiciário. No plano da União, a paralisia do Legislativo manifesta-se no acolhimento do excesso de Medidas Provisórias, inclusive sobre matéria orçamentária e na quantidade de vetos presidenciais não apreciados.

#### **9. A inação do Legislativo no cumprimento de suas competências legais enseja a intrusão do Executivo nessas competências e realimenta a tendência à concentração da iniciativa política nas mãos do Presidente da República.**

O abuso na edição de Medidas Provisórias e o controle absoluto da execução orçamentária promovem a concentração da iniciativa política nas mãos do Presidente. O Legislativo dispõe de mecanismos constitucionais e legais para limitar a ação do chefe do Executivo aos limites da lei. Não faz uso deles, no entanto, pela inércia do sistema político retro-alimentado pelo sistema eleitoral vigente.

A concentração da iniciativa política nas mãos do Presidente da República, com o debilitamento da função fiscalizadora do Congresso Nacional, promove o surgimento de “zonas de sombra” na administração pública, protegidas do controle das instâncias legais e da opinião pública. Os casos significativos mais recentes incluem a abertura de créditos extraordinários ao orçamento mediante Medida Provisória e a não-transparência do processo decisório de instituições como o BNDES, por exemplo, na concessão de empréstimos e financiamentos.

A inação do Legislativo no cumprimento de suas competências legais perpetua uma situação de *déficit de legitimidade* perante os cidadãos-eleitores que atinge parlamentares, partidos políticos e Casas Legislativas.

Legislativos e partidos encontram-se, assim, entre as instituições de pior conceito junto aos eleitores, criando-se uma desconfiança generalizada à política e aos políticos.

#### **10. A maior ameaça à democracia hoje provém do encontro entre um Poder Executivo hipertrofiado e a participação supostamente direta da população em movimentos sociais.**

O *déficit de legitimidade* do Poder Legislativo sinaliza a existência de uma crise na representação política. Crises semelhantes verificaram-se em outros países sul-americanos, com o resultado da institucionalização da ligação direta entre líder e massas em detrimento dos mecanismos de representação, onde a oposição tem um papel fundamental ao próprio exercício democrático, ao representar parcelas minoritárias da sociedade civil. Essa relação promove um curto-circuito na representação política, que tende a concentrar-se no Presidente da República, visto como o meio mais eficiente de promover as mudanças por que clama a sociedade. O Brasil não vive essa situação, mas algumas das condições para um movimento nessa direção estão dadas.

#### **11. A ampliação da democracia passa pelo aperfeiçoamento dos mecanismos de participação direta do cidadão e pelo aprimoramento da representação política. Considerando a crise de legitimidade que acomete a representação política, a tarefa mais urgente hoje é sua restauração.**

A ampliação da democracia extrapola os limites da representação e exige, cada vez mais, a manifestação direta do cidadão. No entanto, a manifestação e participação direta do cidadão exigem, por sua vez, para sustentar-se, o funcionamento pleno do Estado de Direito democrático. Tal participação demanda direitos e garantias individuais, um Judiciário autônomo pronto a assegurá-los, leis que os disciplinem e representantes que façam essas leis. Nesse sentido, se a representação é cada vez mais insuficiente, continua e continuará indispensável. Quando a representação não se efetiva, a participação direta tornar-se uma armadilha. Na experiência soviética, por exemplo, o regime de partido único transformou os soviets numa instituição burocrática e decorativa. Na experiência nazi-fascista, as “massas” eram instrumentos de manobra do chefe para o fortalecimento de uma gestão autoritária.

## **12. A restauração da representação política supõe o fortalecimento dos partidos e demanda, por conseguinte, a mudança dos sistemas político e eleitoral.**

O problema do desequilíbrio entre os Poderes só terá solução definitiva, num quadro de demandas cada vez mais exigentes por democracia, com a substituição do sistema presidencialista pelo sistema parlamentarista de governo. O parlamentarismo é o sistema de governo compatível com democracias mais exigentes por: a) favorecer a formação de compromissos e consensos políticos, ao invés da separação rígida entre governo e oposição, b) pela flexibilidade que permite a consulta popular antes do fim dos prazos previstos para os mandatos, e c) pela concentração de responsabilidades no Legislativo, que representa a cidadania como um todo e não apenas a maioria. No Brasil, a questão está afastada da agenda política desde o plebiscito de 1993. No entanto, a retomada das prerrogativas do Legislativo evidenciará as tensões e problemas associados ao presidencialismo e a questão retornará à pauta da discussão política.

No plano do sistema eleitoral, o voto distrital misto combina fortalecimento dos partidos e possibilidade de maior participação direta do cidadão na eleição e fiscalização do deputado de seu distrito. O voto distrital, cogitado no governo anterior, foi abandonado em razão da dificuldade supostamente maior que sua aprovação demandaria, uma vez que o voto proporcional está expresso na Constituição. Tem a vantagem de obrigar o parlamentar a prestar contas, simultaneamente, a seu partido e aos eleitores do seu distrito, de sua atuação. Esta a opção primeira do PPS. A lista fechada – ou pré-ordenada – por seu turno obriga os parlamentares a prestar contas ao partido e constitui um sistema quase automático de fidelidade partidária. O

voto em lista fechada, na agenda do Congresso Nacional, é alternativa superior ao sistema atual e deve constituir a segunda opção do PPS.

**13. Mesmo nos marcos do presidencialismo, é indispensável, para a restauração da representação política, o fortalecimento do Poder Legislativo, de modo que assuma suas competências constitucionais. Destacam-se, nessa perspectiva, o controle sobre a edição de Medidas Provisórias e a adoção do orçamento impositivo.**

Como temos assistido, o abuso na edição das Medidas Provisórias sinaliza a concentração da iniciativa política no Executivo e a incapacidade de o Legislativo fazer valer sua própria agenda, preso como está à apreciação dessas Medidas para desbloquear sua pauta. É necessária uma nova regulamentação que limite, inclusive em termos temáticos, a edição de novas MPs. O orçamento impositivo, por sua vez, significa a realização da função básica do Parlamento, o controle das contas e dos gastos do governo. A proposta implica inverter a ordem atual dos procedimentos: a renúncia ao gasto por parte do Presidente dependeria de autorização do Congresso Nacional. No processo, deixam de existir emendas parlamentares aprovadas, na dependência do Executivo para sua materialização.

**14. A restauração da representação política supõe ainda, além do fortalecimento dos partidos e do Poder Legislativo, um novo pacto federativo, que defina, de maneira clara, competências e recursos entre União, Estados e Municípios, de modo a promover o fortalecimento das instâncias de Poder Local.**

A Constituição de 1988 representou um momento de descentralização do poder. Ocorreu posteriormente um paulatino movimento de reconcentração, indicado, entre outras coisas, pelo incremento do peso relativo das contribuições retidas pela União, em relação ao peso dos impostos, partilhados com Estados e Municípios. Nosso Partido deve empenhar-se para a constituição de um novo pacto federativo, que garanta aos seus entes uma efetiva capacidade de resolução de seus problemas, em benefício da sociedade como um todo. Assim, defendemos a redefinição de competências, garantindo-se a Estados e Municípios (hoje recebendo juntos em torno de 44%) a necessária divisão dos recursos compatível, para o enfrentamento dos desafios postos pela nova realidade da sociedade do conhecimento, invertendo-se a lógica atual de concentração dos recursos na União (hoje açambarcando em torno de 77,5%) e defendemos, no prazo máximo de dez anos, que os Municípios fiquem com 25% dos recursos gerados pela sociedade, os Estados com 35%, e a União com 40%.

Além disso, para a efetiva democratização da sociedade e efetivação do Poder Local como instância primeira da ação da cidadania, defendemos que as cidades com mais de duzentos mil eleitores sejam administradas pelo sistema parlamentarista, através do voto distrital misto, sendo o prefeito o presidente da Câmara. Com essa diretriz de ação o PPS, estaremos contribuindo para a retomada da participação da cidadania no fortalecimento do Poder Local combatendo a histórica centralização imposta pela União.

**15. A luta pela transparência das ações governamentais tem como objetivo final o *e-governo*, ou seja, o livre acesso de todo cidadão e entidade da sociedade civil, por meio da internet, a gastos, procedimentos e processos governamentais, no âmbito dos três Poderes, na União, nos Estados e nos Municípios.**

O governo em rede, até o detalhe de procedimentos cotidianos, seus custos e a identificação dos responsáveis, representará um avanço significativo em termos de prestação de contas e fiscalização da cidadania. Cabe assinalar que, também nesse caso, a fiscalização direta do cidadão e de suas organizações não substitui a fiscalização de responsabilidade das instâncias de representação, em particular o Poder Legislativo e os Tribunais de Contas. Devem ser imunes à fiscalização direta apenas aquelas atividades afetas à segurança pública e à defesa nacional que exijam sigilo para seu sucesso.

**16. A luta por essa pauta de reformas políticas é difícil, pois enfrenta adversários poderosos, encastelados em espaços de poder nas diferentes instâncias constitutivas da República, para as quais foram eleitos em função de sua melhor adaptação às regras existentes.**

A vitória nessa luta – no entender do PPS – dependerá da capacidade de se convencer, sensibilizar, mobilizar e aglutinar diferentes setores da sociedade civil organizada. Como se sabe, diversas propostas de reforma política tramitaram, nos últimos 15 anos, no Congresso Nacional, normalmente com apoio do Presidente da República. Todas foram derrotadas. A posição anti-reformista é majoritária entre deputados que obtiveram sucesso na regra eleitoral vigente. A reforma não será implementada sem a mobilização de um amplo movimento a seu favor na sociedade civil organizada. A tarefa número um, nesse ponto, é convencer as diferentes entidades da importância da questão. O descrédito de partidos e legislativos é disseminado, e muitas organizações e movimentos, por oportunismo (ou má fé), optam por apostar na articulação direta entre movimentos de massas e um Presidente forte como caminho de sua participação subordinada das instâncias

do poder do Estado. É preciso, portanto, vencer essa primeira batalha política junto à opinião pública.

**18. A luta por essa pauta de reformas políticas exige, além da mobilização da cidadania, a construção de uma ampla frente parlamentar reformista, que reúna deputados e senadores favoráveis às reformas, independente de partidos.**

Os eleitores portam uma demanda difusa por mudanças no sistema político, demanda manifesta na sua insatisfação em relação a políticos, partidos e Legislativos. O Presidente da República e os partidos que têm como objetivo a Presidência apresentam uma crítica articulada ao sistema, materializada nas diversas propostas de reforma que tramitaram no Congresso Nacional sob sua inspiração ou com seu apoio. Fernando Henrique Cardoso patrocinou propostas de reforma, assim como Lula o fez e o futuro presidente o fará. Por outro lado, partidos cujo interesse maior não é disputar a Presidência, mas apoiar o futuro governo e dele participar, apóiam a regra vigente, e vetam possibilidades de mudança do atual sistema. A divisão entre reformistas e conservadores, nesse ponto, difere das divisões entre esquerda e direita e entre governo e oposição. A articulação decidida de todas as forças reformistas em torno de uma proposta comum é também condição da vitória.

**19. O Poder Local como uma saída estratégica a ser construída.**

Sob condições de globalização crescente, a mudança social no sentido de maior liberdade e equidade não mais pode ter no Poder Central seu único e decisivo protagonista. Esse o motivo de a questão do Poder Local vir ganhando espaço nas teorizações recentes a respeito de uma esquerda democrática e reformista.

Ampliar a democracia implica redimensionar a participação do cidadão no cotidiano da política. Daí porque compartilhar com a sociedade as tarefas de formulação e implementação de uma estratégia de desenvolvimento social não é apenas uma possibilidade, mas uma exigência na sociedade contemporânea. Sem abdicar da luta pela conquista democrática dos poderes centrais na União e nos estados, o PPS também não privilegia a estratégia torta de irradiar novas formas políticas para as unidades federativas menores somente a partir do Poder Central.

Encarar a questão do Poder Local implica posturas muito definidas. Em primeiro lugar, o município deve integrar-se de forma parceira e soberana na construção de uma federação democrática, autônoma, não perdulária, equilibrada pelos dispositivos constitucionais. Isso pressupõe um novo pacto federativo, em que os recursos públicos sejam distribuídos com equidade entre

municípios, estados e União. A dificuldade gerada pela ultracentralização federal prejudica a população, impede o acesso a outros recursos concentrados na União, dificulta a prática do controle social e desconhece a importância do exercício da cidadania, afastando cada vez mais a população dos benefícios gerados pela garantia dos serviços oferecidos por meio de políticas públicas estruturadoras.

O Poder Local, na concepção do PPS, exige o aumento da consciência da cidadania e uma maior participação popular na decisão de seus próprios destinos. Da mesma forma, impõe a ampliação de espaços de poder, combinando o aspecto de democracia representativa com a democracia direta e incorporando as organizações sociais e os cidadãos no processo decisório, de modo a tornar o município um ator social que se expresse por meio da articulação da administração pública com a sociedade.

Diante deste cenário, ainda em formação, o PPS deve mobilizar sua militância, a partir de cada município, ciente de que cada local possui sua própria identidade e que só a cooperação, a solidariedade e a integração dos que nela vivem serão capazes de construir um Brasil mais justo e solidário e, sobretudo, conectado às transformações recentes da humanidade.

Ao tempo em que aceitamos o papel do Estado nas atividades e áreas em que for necessário, defendemos que a sociedade organizada deve ampliar o seu tipo de atuação, não restrito apenas a opinar, criticar, pressionar e eleger representantes, mas continuar se organizando no campo econômico, produzir bens e serviços, especialmente nas atividades de cunho social, executadas em parceria entre o Estado e a coletividade, na forma de complementação de um para o outro, sobretudo enfrentando os problemas do desemprego e da exclusão social.

Neste sentido, o PPS atua e defende o fortalecimento de todas as organizações autônomas da comunidade; estimula a constituição de instâncias transversais e intermunicipais e trabalha na perspectiva de atender e incluir os marginalizados do processo político, com o objetivo de que eles possam construir suas estratégias de intervenção local e no conjunto do município.

Para que esta política seja consolidada torna-se fundamental o acesso à informação, elemento imprescindível para a construção do Poder Local. Não haverá cidadãos ativos e responsáveis se não estiverem informados e não tiverem possibilidade real de receber e de responder aos questionamentos e anseios das lideranças públicas e privadas da comunidade.

É fundamental estimular a multiplicação de todas as formas de comunicação, desde as mais tradicionais, como os centros cívico-culturais de bairro, até as mais modernas, como as rádios e televisões locais e a cabo, e a internet. Por esta razão, o PPS defende, também, a transparência do Poder

Público, por meio do acesso direto das populações sobre os dados, resultados e avaliação das metas atingidas.

O conceito de Poder Local não se deve confundir com o de governo local nem de poder municipal, pois abarca as várias formas do exercício do poder pelo cidadão. O Poder Local, em nossa visão, não é sinônimo de controle de prefeitura ou de maiorias na Câmara de Vereadores, mas de exercício efetivo dos direitos e deveres da cidadania. Também na esfera das relações entre os poderes é fundamental que se perceba a necessidade do equilíbrio e da ação positiva em favor da gestão de Estado e não em favor da gestão de governo.

O PPS compartilha do entendimento de que a responsabilidade fiscal no setor público é inegociável. O zelo com os recursos arrecadados da população é um princípio fundador da democracia. Contudo, a mesma atenção dispensada ao âmbito fiscal deve ser estendida à dívida social. Para isso, urge que o poder público municipal se adeque a uma Lei de Responsabilidade Social, baseada em indicadores e metas sociais, capazes de apresentar um real diagnóstico da situação social, avaliar a eficácia das políticas públicas e promover uma efetiva redução da exclusão social. Nesse sentido o primeiro passo é adotar as Metas do Milênio, como estabelecido pela ONU, conectando o local com o global, na busca de ampliação da participação cidadã nos destinos do mundo globalizado.

### **III - Uma saída democrática para a crise brasileira**

#### **1. Um novo modelo de país para alcançar uma sociedade mais igualitária e mais desenvolvida.**

O povo brasileiro encontra-se diante de desafios cruciais para a definição do seu futuro como nação e como sociedade civilizada. Vítima de uma modernização conservadora, que reproduz invariavelmente as características de um modelo de crescimento profundamente concentrador de riqueza e por conta disso elitista e desigual, o Brasil precisa de mudanças estruturais, institucionais e políticas capazes de vencer esses desafios numa direção mais democrática, mais avançada tecnologicamente, mais eficiente e estável do ponto de vista da gestão pública e do desenvolvimento econômico, ambientalmente sustentável e, sobretudo, mais equitativa e humana do ponto de vista social.

As inegáveis conquistas alcançadas pelo Brasil em setores de ponta da economia, da pesquisa científica, da cultura e da vida social são, todavia, incapazes de encobrir o grande abismo que separa seu povo, com a continuidade das abissais desigualdades, o aumento assustador da violência, a

deterioração das condições de vida da população trabalhadora ou excluída no ambiente das metrópoles e inquietantes fenômenos de degradação moral e ambiental.

Decorridas mais de duas décadas da inauguração do período mais longo de sua jovem democracia, os brasileiros persistem em exigir das forças políticas que se implante no país um projeto de desenvolvimento de longo curso, soberano, no contexto da globalização, e de magnitude capaz de alçá-lo ao nível das nações mais desenvolvidas.

Até porque o Partido dos Trabalhadores, criado há 30 anos como o “partido de novo tipo” e que a partir dele “tudo seria diferente”, na condição de maior partido da esquerda, simplesmente abdicou do objetivo das reformas, de tal forma que não apenas paralisou as que estavam em andamento, como chegou ao ponto de fazer retroceder algumas delas. Isso, evidentemente, produziu uma generalizada sensação de impotência e decepção nos segmentos que têm consciência da necessidade das mudanças.

Depois de seis anos, o governo Lula tem se revelado paradoxalmente incapaz de inovar. Na gestão pública, não conseguiu avançar na reforma democrática do Estado; no campo econômico, insiste em manter o modelo dependente e concentrador de renda que se perpetua no país, tendo como eixo os interesses do sistema financeiro; na área social, o avanço foi mínimo e, o que é pior, perde tempo ao insistir em políticas compensatórias e assistencialistas, limitadas para a redução efetiva das imensas desigualdades sociais, quando não perpetuadoras destas. Na questão agrária, há conflitos de interesses em sua gestão, posto que beneficiário e gestor se confundem na mesma pessoa, para não falar nas concepções divergentes nos assuntos agrário e fundiário entre os ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário. No meio ambiente, também ocorre este conflito de interesses que interdita e descredencia a interlocução com outros setores do governo e da economia, para garantir avanços na sustentabilidade de nosso desenvolvimento.

Na política, pouco se faz para alterar padrões culturais e de comportamento no ato de governar, resultando na manutenção de práticas fisiológicas, e no aparelhamento ou partidarização do Estado em limites nunca vistos anteriormente no país, afetando gravemente a sua própria capacidade gerencial. Se tudo isso não bastasse, preocupam ao PPS diversos outros aspectos políticos da ação governamental. Em vários acontecimentos – como no caso de invasões de terras, não importando se produtivas ou não, pelos diversos MST, desbordando para ocupações de prédios públicos ou privados, constata-se sinais perigosos de omissão e falta de autoridade. A própria questão ética – um patrimônio importante de qualquer governo para enfrentar grandes problemas colocados pela descrença da sociedade –, vem sendo

abalada com denúncias de casos de suma gravidade (bastando lembrar apenas os casos do “mensalão” e dos “aloprados”), agravadas com a manutenção de relações clientelísticas com o Congresso e com as iniciativas mutuamente pouco condizentes entre o Judiciário e o Executivo, contrariando a imprescindível independência entre os poderes.

Em troca dessa opção conservadora, o governo hegemônico pelo PT, ao misturar paralisia, desordem e equívoco, contentou-se com o domínio e usufruto da máquina administrativa, partidarizando-a e mantendo e aprofundando os vícios da tecno-burocracia estatal, vícios cada vez mais acentuados em função das nocivas características do nosso peculiar presidencialismo de coalizão, com suas relações não transparentes e delituosas. E a esses aspectos da opção conservadora, acrescentou-se, com maior amplitude e virulência, a velha prática fisiológica da política brasileira, acompanhada de um neopopulismo de viés sindical corporativo que, por meio da cooptação dos movimentos sociais, passou a causar enormes danos à construção de uma verdadeira cultura republicana e participativa no país.

## **2. A importância crescente e estratégica do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável**

Já faz algumas décadas que a humanidade vem despertando para os limites postos pela natureza ao crescimento econômico. Junto com essa percepção, foram se expandindo e aprofundando as preocupações com os crescentes impactos que os seres humanos causam ao ambiente natural em função do crescimento da população e da forma predadora como a sociedade produz e reproduz suas condições de vida em escala massiva e global. Ultimamente, porém, o foco dessas preocupações, a princípio voltado para o ambiente local, começou a se deslocar para o ambiente global considerado em sua totalidade e como um ecossistema autoregulável, crescentemente sujeito a ações humanas que interferem decisivamente em processos vitais para o seu equilíbrio.

Essa capacidade que tem hoje o homem de interferir nos processos vitais dos ecossistemas em escala planetária, modificou profundamente a amplitude dos impactos ambientais, criando desafios de magnitude inusitada, a exemplo do fenômeno do aquecimento global. Esses desafios, que já não podem ser mais ignorados ou negligenciados, precisam ser encarados em suas dimensões reais e tratados de uma nova forma. As políticas ambientais já não podem ser conduzidas de forma compartimentada ou restritas a órgãos especializados. Precisam ser encaradas como políticas transversais públicas e de Estado – e não meramente de governo, como tem sido a regra até aqui – e,

a cada dia, como parte das políticas que conformam o nascente conceito de governança democrática internacional.

Do contexto dos desafios ambientais, o aquecimento global – como resultado da emissão dos chamados “gases do efeito estufa” – merece uma atenção particular, sobretudo em função dos crescentes alertas que a comunidade científica vem fazendo sobre a possibilidade de aumento da temperatura média do planeta em velocidade e intensidade maiores do que aquelas que têm sido anunciadas nas reuniões do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. Devido às enormes conseqüências que o aquecimento global, se não minorado, poderá ter na vida de toda a população terrestre, com repercussões dramáticas na diminuição de florestas e da produção agrícola, escassez de água doce, aumento de vetores de doenças contagiosas, migração de populações e outras, há uma urgente necessidade de mobilizar povos, governos e nações do mundo inteiro para uma ação de combate e adaptação às conseqüências do “efeito estufa”, ação que precisa ser incomparavelmente mais profunda e abrangente do que aquela que se verifica atualmente.

No Brasil, as políticas públicas voltadas para o meio ambiente foram estabelecidas de forma sistemática desde os anos 1960. Os avanços foram inegáveis, mas o seu principal conteúdo é de caráter reativo aos processos de degradação que se intensificaram em ritmo maior do que os processos de promoção e controle ambiental. Por outro lado, essas políticas ficaram, em larga medida, restritas às ações isoladas dos órgãos ambientais e ao âmbito formal das legislações não respeitadas e profundamente subordinadas à lógica unilateral do crescimento econômico, adquirindo o caráter de verdadeiras políticas públicas de segunda classe. Um exemplo dessa subordinação são as pressões que, a partir do chamado Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, estão sendo exercidas sobre os órgãos ambientais visando à neutralização dos mecanismos do licenciamento ambiental, descaracterização da legislação ambiental e desmonte do Sistema Nacional do Meio Ambiente.

Como resultado da fragilidade que assumiram as políticas públicas ambientais frente às pressões predatórias do capital, o Brasil já experimenta nefastas conseqüências relativas à conservação e preservação dos seus recursos naturais, conseqüências que poderão, já em futuro próximo e no contexto do aquecimento global, transformar-se em ameaças verdadeiras ao desenvolvimento sustentável do país e do seu povo. Essas ameaças dizem respeito à decrescente disponibilidade de água doce, frente a um uso irracional dos recursos hídricos, perda trágica de biodiversidade, aumento dos níveis de contaminação na água e no solo, impactos na região oceânica, erosão,

salinização, desertificação e perda contínua de solos férteis, contaminação do ar e vários outros elementos da crise ambiental brasileira.

### **3. A necessidade de uma grande ruptura com o atual modelo de desenvolvimento.**

Somados todos os aspectos da crise ambiental, chegou a hora de o Brasil fazer uma grande ruptura em termos do seu modelo de desenvolvimento. Nunca foi tão importante discutir esse modelo e desmistificar concepções atrasadas e elitistas que, em nome de um superado conceito de “progresso”, continuam, de fato, a fundamentar uma acumulação capitalista avassaladora, baseada em perversa exploração de mão-de-obra e recursos naturais baratos, tendo o aparelho de Estado como fiador de atividades produtivas predatórias em virtude de sua claudicante aplicação das leis ambientais e dos princípios da sustentabilidade. Dentre outras providências, torna-se inadiável realizar o zoneamento econômico e ecológico, medida fundamental para definir os parâmetros da atividade humana no país, definindo áreas e tipos de exploração dotando o processo de desenvolvimento econômico da necessária racionalidade ambiental.

Outro dado a considerar é que, estruturalmente, o crescimento sustentado está na ausência de mecanismos capazes de manter a economia crescendo de forma consistente. Se se mantiver o atual modelo, o país não encontrará o rumo do seu desenvolvimento social, político, econômico e ambiental, e perderá as oportunidades colocadas pela globalização e pelo avanço científico e tecnológico. Nesse sentido, exige-se um primeiro passo, firme e decisivo, na busca de alternativas que recolorem o Brasil no caminho das reformas e do desenvolvimento, interditado por barreiras econômicas e sociais objetivas e pelos pesados interesses do conservadorismo e de privilegiados da especulação.

Uma nova e urgente estratégia de desenvolvimento integrado está sendo construída, a fim de se enfrentar antigos preconceitos e dogmas e, corajosamente, delinear alternativas que garantam a um só tempo a retomada do crescimento sustentado com melhor distribuição de renda, o fim da exclusão social, a redução das desigualdades e a inserção maior do país, com soberania e competitividade, no processo de globalização.

O Brasil dispõe de abundantes recursos humanos e materiais e, para alcançar o objetivo do desenvolvimento, precisa de forte determinação e liderança políticas, de capacidade para mobilizar as forças democráticas e reformistas. Nosso maior desafio é compatibilizar desenvolvimento econômico com justiça social. Sabemos que o Brasil foi um dos países com maiores índices de crescimento econômico do mundo, entre 1945 até começos

da década de 1980. Contudo, tal desempenho não se traduziu em melhores condições de vida para o conjunto da população, ao contrário, nossos índices sociais são estarrecedores, bastando citar que somos a 9ª economia em tamanho e a 59ª em crescimento social.

#### **4. Modernizar tecnologicamente a sociedade e a economia.**

Do conjunto de reformas e rupturas algumas delas são emblemáticas para o Brasil, a começar pelo maior e mais urgente de todos os desafios, que é a efetiva superação dos aterradores níveis de desigualdade vigentes em nossa sociedade, os quais não se resolvem com meras políticas compensatórias e sim com a dinamização do empreendedorismo assentado na idéia da prevalência do trabalho como elemento fundamental da dignidade humana e de desenvolvimento local, complementado com um necessário modelo distributivista para a sociedade e a economia.

Na política científica e tecnológica, deve-se reduzir nosso déficit científico-tecnológico, sendo fundamental manter e alargar o investimento na produção de bens e serviços com forte componente de inovações tecnológicas; impõe-se internalizar na atividade econômica os progressos que se registram na educação continuada e nas infra-estruturas tecnológicas; reforçar a eficácia das redes de informação, fazendo do acesso à banda larga um instrumento de progresso global para a economia e de avanço generalizado da sociedade do conhecimento e de inclusão social; e modernizar o Estado, para que ele seja um estimulador da iniciativa empresarial e do investimento, diminuindo os obstáculos ao desenvolvimento decorrente de burocracias e ineficiências da administração pública.

Deve-se buscar também a consolidação e o alargamento de resultados positivos na balança tecnológica; a redução da exploração e uso dos combustíveis fósseis, o que exige o acréscimo da produção de energias renováveis, na linha da eficiência energética e no enquadramento ambiental destas opções, sobretudo no quadro do combate à mudança climática. Por suas condições naturais, o Brasil pode-se afirmar como um dos líderes na revolução energética.

#### **5. Uma clara opção pela educação.**

No que diz respeito às políticas públicas, além de exigir a sua elevação a um novo patamar de investimentos, qualidade, gestão participativa e transparência, o PPS deve fazer uma clara opção pela Educação, em uma verdadeira revolução no país. Precisa-se introduzir um sistema de ensino e formação cada vez mais adequado a uma sociedade e a uma economia em mudança, qualificar a escola pública, tornar obrigatório o Ensino Médio, isto

é, a conclusão da Educação Básica, a fim de fazer o jovem, além de dominar conteúdos, se relacionar com o conhecimento de forma ativa, construtiva e criadora, e alargando as novas oportunidades de formação para todos. Deve-se estudar também a implantação do tempo integral nas escolas, seguramente a maneira mais eficiente de proteger a infância e a juventude em situação de risco, sem falar na efetiva autonomia das universidades, para que elas possam se tornar contemporâneas do futuro. Trata-se de um elemento efetivamente definidor de um novo projeto de nação.

## **6. A luta da mulher pelo espaço a que tem direito.**

As relações entre homens e mulheres ao longo do desenvolvimento da presença humana na Terra foram marcados por desigualdade e opressão das mulheres. De uma perspectiva histórica, os últimos cem anos tem configurado uma verdadeira revolução no tocante a crescente presença das mulheres em todas as instâncias da vida pública. No processo de ampliação da experiência democrática, o importante é articular as demandas e lutas por temas que unam mulheres e homens na continuidade histórica de responsabilidades humanas e sociais. É o equilíbrio entre mulheres e homens, mais do que cada sexo fez e faz separadamente, que, no final das contas, importa. Daí a necessidade de se levantarem questões sobre a necessária participação da mulher na política, superando a atual sub-representação imposta pelo peso da cultura de exclusão de nosso sistema político-partidário.

O tratamento que se dá à questão de gênero é uma forma de enfatizar a dimensão social e, portanto, histórica e cultural, das concepções cristalizadas relativas às desigualdades entre os gêneros feminino e masculino. No caso da mulher, os inúmeros trabalhos dedicados aos estudos deste problema vêm contribuindo enormemente para o macroentendimento das relações sociais e suas variações ao longo da história, bem como o processo de alargamento da participação da mulher na vida pública.

No Brasil, nossa formação sociomulticultural presidiu a integração de nosso território. A população brasileira, com base nos dados do último censo demográfico e nas pesquisas intercensitárias, tais como o Pnad, é majoritariamente formada por mulheres, distribuídas, igualmente, em todos os níveis sócio-econômicos presentes e, também, igualmente por todo o território nacional, ou seja, não existem regiões com predomínio numérico populacional do sexo masculino.

Ainda que a população do Brasil se localize majoritariamente nas áreas urbanas, também a distribuição espacial das mulheres não ocorre de maneira igual. O que se destaca é a concentração de populações de baixa renda nas áreas mais afastadas do centro, ocorrendo, especialmente, em ambientes não

adequados ao assentamento humano. As questões relativas à organização familiar e mesmo à fertilidade têm profunda conotação socioeconômica e, como conseqüência, possuem localização físico-territorial precisa.

Pode-se, assim, visualizar duas situações no âmbito das questões relativas à vulnerabilidade da mulher. Uma, ligada ao gênero feminino, focaliza a violência doméstica e a violência urbana. A outra, sobre a vulnerabilidade sócio-econômica, diz respeito à mulher no sentido da organização da família. As mulheres são responsáveis por 58% delas. Daí a importância de sua condição educacional, sua habilidade no trabalho e seus resultados materiais, a habitação e os equipamentos urbanos necessários à sua sobrevivência, como elemento estratégico de justiça social e de uma sociedade mais igualitária.

No contexto da relação gênero/meio-ambiente, na qual se destaca a concentração da pobreza em áreas de vulnerabilidade ambiental, a mulher tem que multiplicar seus esforços para garantir sua sobrevivência social, sobretudo nos campos da segurança e da saúde pública.

Como se constata, um forte componente de desigualdade entre mulheres e homens continua a estar presente, não obstante os avanços no plano dos direitos, no acesso ao trabalho, no plano salarial e em diferentes níveis de exclusão. É que as desigualdades sociais e mesmo as imensas diferenças de renda possuem um forte componente cultural, ressaltando-se a questão de gênero. Por isso, uma das prioridades na promoção da cidadania precisa ser a igualdade de gênero, a ser defendida por meio de uma Lei da Paridade, em que a mulher tenha efetivamente os mesmos direitos do homem. É necessário ainda reformar o Código do Trabalho para dar condições de conciliação entre vida familiar e vida profissional.

Dentre as iniciativas para imprimir maior humanidade, liberdade e igualdade às relações privadas e familiares e garantir as conquistas das mulheres para efetivar a realização de uma verdadeira sociedade democrática, o Partido deve vanguardar um processo que afiance uma maior inserção das mulheres na vida política, assegurando-lhes não apenas o preenchimento de sua cota legal no que se refere a constituição de suas listas de candidaturas, mas também em cargos de direção partidária. Precisa ser também um Partido comprometido com a saúde e a segurança das mulheres, defensor da descriminalização do aborto, forma sem a qual o SUS não poderá assumir integralmente as suas responsabilidades de completo atendimento à saúde da mulher, em casos de gravidez indesejada. Deve ainda combater a violência doméstica, empenhando-se na disseminação e generalização dos elementos previstos na Lei Maria da Penha e na sua efetiva aplicação.

Enfrentar estas assimetrias de gênero não constitui apenas um valor em si mesmo, mas igualmente um forte papel na redução de nossas históricas desigualdades.

### **7. Construir um bloco político para disputar e ganhar o pleito de 2010.**

A afirmação das propostas de mudança exige a articulação de um novo bloco político, que reúna as forças interessadas em uma solução democrática, não regressiva, da crise.

Para tanto, na continuidade de nossa histórica vocação aliancista, é fundamental persistir no esforço de construção de um novo bloco político, amplo e plural, esforço cujo passo inicial é o entendimento, já iniciado, com o PSDB, o DEM, o PV, o PMN, dentre outros partidos, personalidades e agências da sociedade civil.

Dentro dessa perspectiva é que, em fins de 2008, o PPS lançou a idéia de se construir um Bloco Democrático e Reformista, de caráter oposicionista, capaz de organizar um movimento nacional que dispute e vença o próximo pleito presidencial e governe o país, dando início às estruturais transformações na economia e na sociedade.

Além do esforço de aglutinação de partidos e lideranças políticas e sociais com vistas à ação conjunta nas eleições de 2010, está sendo desenvolvida uma articulação com o objetivo de organizar um calendário e realizar, por todo o país, um democrático debate teórico e político sobre uma nova agenda para o Brasil. Esse esforço deve culminar com a formulação de idéias e propostas que dêem novo rumo ao país.

Um debate dessa magnitude deve ser amplo e aberto, sem esgotar-se nos partidos, devendo incorporar a sociedade organizada e a intelectualidade. Será necessário traçar grandes linhas de atuação e mapear convergências e divergências, discutir a centralidade da questão democrática e suas conseqüências para toda a agenda política, assim como refletir sobre a insuficiência do Estado assistencialista como agente de mudança e sobre sua articulação necessária com a participação da cidadania organizada.

Como a experiência recente demonstra, sem projeto e métodos claros e transparentes, partidos podem chegar ao poder, mas não conseguem promover a mudança.

## **IV - Um Partido para enfrentar os desafios atuais e futuros.**

### **1. O balanço da trajetória do PPS é significativo.**

Nesses dezessete anos transcorridos desde que mais de dois terços de delegados do X Congresso do Partido Comunista Brasileiro decidiram pela criação do Partido Popular Socialista, nossa trajetória partidária oferece um balanço positivo. Nesse rico processo de transição, ainda incompleto, para a construção de uma nova formação política e de uma nova forma-partido, na perspectiva de um partido laico e plural, aberto a todo pensamento humanista e democrático, o PPS tem experimentado avanços em expressão eleitoral, embora sem a necessária correspondência em seu nível organizacional.

Enche-nos de orgulho sermos legalmente herdeiros do PCB, embora não exclusivos, de uma forma tal que, fundando nossas principais convicções na melhor tradição pecebista, nos propomos a dar continuidade às suas mais humanas e mais generosas páginas de luta em prol da democracia, do desenvolvimento com justiça social, e do socialismo. Não poucos elementos da cultura pecebista de aposta na democracia e de aceitação do diverso enraizaram-se em nossa gente e em nossas instituições partidárias.

O PPS vem conquistando, fruto de sua ação e programa, novas lideranças e militantes políticos, procedentes dos mais diversos partidos (sobretudo da esquerda), além de sindicalistas, lideranças comunitárias e empresariais, representantes da cultura e dos esportes, e também da juventude e movimento feminista, das comunidades negra e indígena. São os que fazem ou querem fazer política de novo tipo e que buscavam um partido diferente dos demais, e que pode melhor representar o novo e os interesses e sonhos da sociedade.

### **2. Um Partido aberto à contribuição de todos, em um marco de respeito, tolerância e colaboração.**

O PPS é um Partido que, por sua concepção política, é favorável à ampliação permanente dos espaços de democracia e de exercício da cidadania, e por isso se empenha para que todos os mecanismos constitucionais de democracia participativa sejam utilizados e alargados. Apóia também todas as propostas que visem à maior participação de segmentos sociais emergentes, centrado numa nascente classe média empreendedora das micro e pequenas empresas, articulando-se com o mundo do trabalho e da cultura, sem esquecer os segmentos sociais até o momento subestimados politicamente – mulheres, jovens, negros, índios, homossexuais. Participação que pode e deve ser alargada com o uso intensivo da Internet, na criação de “comunidades” para a discussão de suas demandas.

### **3. Ocupar o espaço político da esquerda democrática.**

Com o nascente ciclo político que agora se apresenta no mundo e no Brasil à raiz da crise econômico-financeira mundial, abre-se uma janela de oportunidades para que o Partido possa melhor ocupar o espaço político de uma esquerda inequivocamente democrática, suficientemente forte e determinada a lutar para fazer as mudanças estruturais e institucionais capazes de superar os impasses da sociedade brasileira.

O PPS já deu mostras de que pode ser essa esquerda ou pelo menos o fator aglutinador dela. Para isso, porém, precisa propor e firmar compromissos com reformas e rupturas democráticas e sociais muito precisas neste momento histórico, orientando toda a sua ação política, sua vida interna e suas alianças eleitorais para fortalecer esse objetivo central.

### **4. Um ativo de lutas e de abertura à sociedade.**

O principal ativo que o Partido tem para apresentar aos brasileiros nas próximas eleições, além da sua tradicional coerência política, é o trabalho e a dedicação dos seus mandatários e candidatos na tarefa de construção do Bloco Democrático e Reformista, movimento nacional capaz de coesionar um amplo movimento político-social e eleger um candidato a presidente da República que tenha um projeto de caráter reformista capaz de dar novos rumos ao Brasil, fazendo-o mais democrático, trazendo de volta o ideal de progresso sintonizado com a sustentabilidade e o desenvolvimento científico e tecnológico, capaz de se integrar à sociedade do conhecimento não de forma subalterna, criando oportunidades iguais para todos.

Nessa direção, o Partido desenvolve novas dinâmicas de abertura à sociedade, buscando envolver personalidades e cidadãos independentes, para constituir um espaço regular de debate e avaliação do percurso do PPS e das suas propostas políticas para o hoje e o amanhã, em um novo marco organizacional no qual, além das tradicionais formas de organização, possamos incrementá-las com a tecnologia da informática, na construção de redes sociais acessíveis a todos, por meio de comunidades virtuais e troca de informações e experiências.

Pretende ainda afirmar-se como um valioso espaço de formação de quadros e de reflexão política, a serviço da qualificação da democracia, da sociedade e do próprio Partido, o que passa necessariamente pela valorização do debate político interno. Nesse sentido, os órgãos do partido precisam ser sempre um espaço de debate livre para os militantes e para pessoas interessadas. Num partido democrático, o debate político nunca é de mais.

Utilizando instrumentos contemporâneos de gestão, como o Planejamento Estratégico, o PPS, em suas campanhas eleitorais, desenvolve o

Projeto Brasil e o Pé na Estrada, com os quais mantém diálogo com homens e mulheres, a respeito das questões mais importantes do país e de cada comunidade, de forma a melhor representar e defender os interesses e sonhos dos cidadãos. Como nossa experiência revela, a campanha eleitoral é um dos mais importantes fatores de mobilização e organização da atividade partidária e como tal deve ser posta em prática.

Nas eleições de 2010, faremos campanha nas ruas, avenidas, praças e campos do país, enfrentando – na maioria dos casos - os poderosos esquemas das máquinas federal, estaduais e municipais. Vamos à batalha a fim de levar nossas idéias e propostas aos brasileiros, conquistar votos para ampliar nossas bancadas na Câmara Federal e nas Assembléias Legislativas, assim como precisamos estabelecer alianças que nos permitam disputar o Senado Federal e até mesmo governos estaduais. Vamos desenvolver campanhas, utilizando inovações positivas na maneira de fazer política, com transparência e militância participativa e entusiástica.

Especial atenção deve ser dada na atividade partidária ao acolhimento dos novos militantes, à formação de jovens quadros e à modernização dos instrumentos de circulação de informação política no interior do Partido, entre a direção nacional e as estruturas estaduais ou municipais e os próprios militantes, e no efetivo exercício de direção coletiva, capaz de tornar o Partido a expressão de uma inteligência coletiva, comprometida com a ampliação da democracia na perspectiva de uma sociedade socialista.

Mas é na postura de estar sempre aberto aos brasileiros que devemos mais afirmar a nossa diferença face ao modo de funcionamento tradicional dos demais partidos. Nesse sentido, importa repensar também nossa presença nos mundos do trabalho, da ciência e da cultura, assim como nos diferentes movimentos sociais, dando nossa contribuição para que se supere a nociva e cada vez mais inaceitável forma de setores da esquerda brasileira de cooptar e/ou partidarizar as entidades e fazendo com que estas passem a ser instrumentos ativos dos interesses maiores da sociedade e não simples aparelhos de corporativismo e de domínio de grupos ou legendas.